

O QUE TEM SIDO PRODUZIDO SOBRE EDUCAÇÃO SEXUAL NO BRASIL E SUAS NUANCES: UM ESTADO DA ARTE

Rafael Motta Rodrigues¹
Camila Celestino Figueiredo²
Ana Luiza Salgado Cunha³

Resumo

O referido trabalho trata-se de uma pesquisa em andamento, os primeiros passos de uma pesquisa exploratória na área temática de Educação Sexual como componente curricular nos Anos Iniciais da Educação Básica, partindo do seguinte questionamento: “o que se tem produzido cientificamente sobre educação sexual?”. Através da técnica do Estado da Arte, inicia-se uma pesquisa usando os descritores de: “educação sexual”, “anos iniciais” e “formação de professores” para delimitar os trabalhos dentro de duas plataformas: Scielo e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) nos anos de 2015 a 2023. O objetivo do trabalho, principalmente, é de verificar a quantidade de trabalhos realizados nesse tema e analisar as nuances onde a Educação Sexual pode ser inserida. Os resultados encontrados são de 48 trabalhos entre artigos, teses e dissertações envolvendo a temática proposta. A partir desse ponto, mostra-se necessário o estudo do mesmo para reconstrução curricular na esfera escolar.

Palavras-chave: Educação sexual; Anos iniciais; Estado da arte.

Introdução

Durante a história, vários documentos oficiais e legislações abordaram, de forma direta ou indireta, a Educação Sexual no Brasil, seja para silenciá-la ou para promovê-la. As orientações sobre Educação para diversidade sexual e de gênero têm oscilado entre avanços e retrocessos ao longo da história recente (Silva, Brancaloni e Oliveira, 2019). Essa alternância é atribuída à centralidade da sexualidade na formação dos indivíduos, influenciada por culturas, costumes e contextos sociais e políticos.

No final dos anos 1980 e durante a década de 1990, houve um aumento significativo de iniciativas de Educação Sexual nas escolas (Figueiró, 1998; Silva, 2004; Vianna e Unbehaum, 2004). Esse movimento foi impulsionado pelas transformações sociais e políticas no Brasil, incluindo a redemocratização, a elaboração da nova Constituição Federal e as preocupações com o aumento de casos de HIV e gravidez precoce.

Os anos 1980 foram marcados pela reabertura política após a ditadura militar. Em 1985, Tancredo Neves foi eleito, mas faleceu antes de assumir o cargo, deixando o vice-presidente

¹ Graduando em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), bolsista de Iniciação Científica (Cnpq) do Grupo de Pesquisa VIVA 's: Gênero, Sexualidade e Diversidade.

² Licenciada em Geografia pela Universidade do Estado da Bahia e mestranda em Geografia pelo PPGEU/UESB.

³ Professora Assistente do DFCH/UESB. Doutora em Educação (UFSCAR), Pedagoga e Mestre em Educação (UFV).

José Sarney, ligado ao antigo regime, no poder. Apesar disso, o período foi caracterizado por avanços democráticos. Segundo Vianna e Unbehaum (2004), as décadas de 1980 e 1990 foram de intensas transformações na educação brasileira, influenciadas pelas discussões sobre a Constituição de 1988. A nova Constituição trouxe avanços significativos para os direitos sociais, incluindo o direito à Educação. Ela também estabeleceu a construção de uma sociedade livre, justa e solidária como um objetivo fundamental do país, promovendo a igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Do ano de 1988 ao anos atuais, foram inúmeros debates para a aplicação da Educação Sexual dentro do ambiente escolar. A escola desempenha um papel essencial na formação dos cidadãos, compartilhando com a família a responsabilidade pela formação integral dos indivíduos. Portanto, a inserção da Educação Sexual nas escolas encontra respaldo na Constituição, já que as escolas têm a responsabilidade de promover a formação integral dos alunos, como encontrado no Art. 3 que coloca como objetivo: promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988, Art. 3).

Os debates proporcionados pela Educação Sexual podem ser caminhos para a promoção de uma sociedade inclusiva, que respeite a diversidade de expressões e identidades de gênero e sexualidade. É evidente que a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a redução das desigualdades e a promoção do bem de todos requerem uma educação que promova reflexões sobre o corpo, o prazer, o consentimento, a violência, além das questões de gênero, sexualidade e diversidade.

O ESTADO DA ARTE COMO METODOLOGIA

O estado da arte refere-se ao nível mais avançado de desenvolvimento em um campo específico, representando as descobertas, teorias e tecnologias mais recentes e inovadoras. No contexto acadêmico, ele é fundamental por diversas razões. Primeiramente, fornece uma base sólida para novas pesquisas, permitindo que os acadêmicos se apoiem no trabalho pré-existente, evitando redundâncias e identificando lacunas no conhecimento. Além disso, o estado da arte promove o avanço do conhecimento, incentivando a exploração de novos conceitos e a aplicação de técnicas inovadoras.

Segundo Almeida Ferreira (2002), o Estado da Arte é uma abordagem utilizada em diversos campos de pesquisa com o objetivo de mapear e discutir a produção acadêmica existente em áreas específicas do conhecimento. Seu principal objetivo é identificar os aspectos e dimensões que têm sido enfatizados e destacados ao longo do tempo e em diferentes

contextos. Além disso, Fink (2010) argumenta que "uma boa revisão do estado da arte não só resume as pesquisas existentes, mas também avalia criticamente a qualidade e a relevância dessas pesquisas, destacando as contribuições significativas e identificando deficiências". Esse processo é fundamental para assegurar que a pesquisa esteja bem informada e seja capaz de contribuir de maneira significativa para o avanço do conhecimento na área estudada.

No Estado da Arte, foi feito o levantamento bibliográfico de trabalhos científicos que tenham descritores como “educação sexual” “anos iniciais” “formação de professores”. A pesquisa foi feita no período de 2015 a 2023, analisando artigos, dissertações e teses produzidas no Brasil sobre o ensino da educação Sexual e utilizando como plataforma de dados de Pesquisa: Scielo e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

Resultados e discussões

A partir das buscas de trabalhos que envolvem a Educação Sexual como ensino, foram identificados 48 trabalhos nas duas plataformas onde a temática é abordada seguindo os descritores. Na Plataforma Scielo foram encontrados 27 trabalhos, após esses resultados, os trabalhos foram divididos por regiões, onde foram encontrados: 13 no Sudeste, 6 no Sul, 5 no Norte, 2 no Nordeste e 1 no Centro-Oeste. No uso da Plataforma da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), foram encontrados 21 trabalhos e foram divididos por regiões: 13 no Sudeste, 4 no Sul, 2 no Centro-Oeste, 1 no Norte e 1 no Nordeste

Gráfico 1 - Regiões Scielo

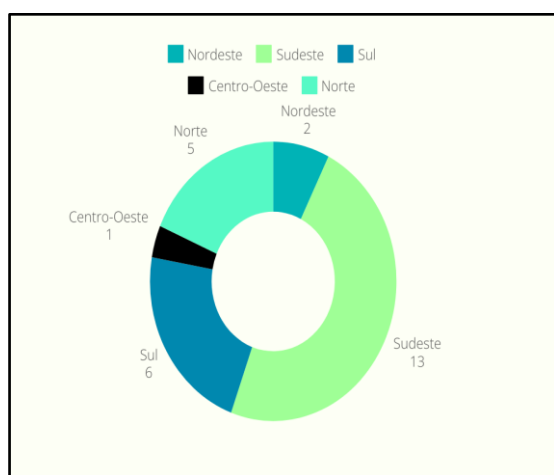
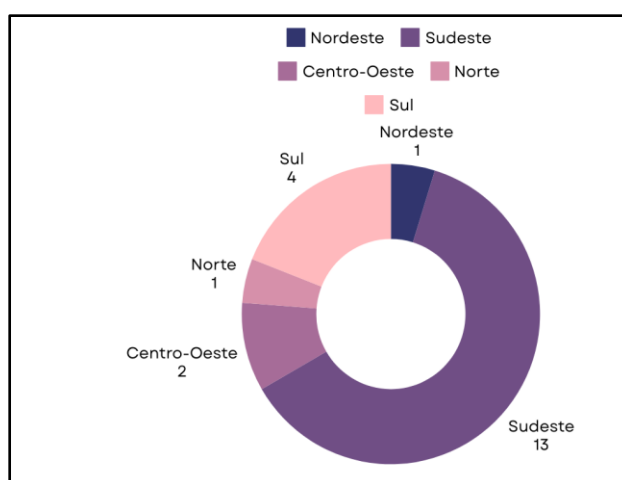


Gráfico 2 - Regiões BDTD



Fonte: produzido pelas autoras e autor do texto

Através do levantamento feito pelo E.A, alguns temas aparecem como notórios na pesquisa, como: “gênero”, “sexualidade”, “políticas” e “educação infantil”. Segundo Leão, Leão e Ribeiro (2024):

A proposta de trabalhar com sexualidade e gênero na escola se volta para contribuir com a formação do aluno enquanto ser integral, no qual a sexualidade é indissociável, sendo a educação sexual fundamental para se ter cidadãos críticos e participativos em

sociedade, e para se colaborar para a desmistificação dos estereótipos sexuais, de forma que tenham ciência dos efeitos nefastos dos preconceitos, das discriminações, do sexismo, do machismo e da misoginia. (p. 5)

Figura 3 : temas centrais da pesquisa



Fonte: criado pelas autoras e autor

Seguindo por essa linha de pensamento, a discussão e ampliação da temática da Educação Sexual promove maturação dos pensamentos, emancipação e uma visão diferente na questão de gênero e sexual para crianças e adolescentes. De acordo com Leão, Leão e Ribeiro (2024), a vigilância ao tema é algo bem corriqueiro dentro das instituições de ensino, ainda mais, aquelas com predominância de público conservador que não discute o assunto por achar o tema **sensível** demais para debater em sala de aula, principalmente quando se trata de eixo como Educação Infantil.

Tratar de Educação Sexual dentro dos anos escolares é um desafio para os docentes que estão nesse pedaço, pois, se tratando de documentos educacionais como a Base Nacional Comum Curricular - BNCC - não está explícito que assuntos como **gênero** e **sexualidade** devem ser debatidos em algum momento. Consequentemente, sem um documento desse porte para dar um aval para conteúdos, a aplicação do mesmo se torna complicada. De acordo Bortolini (2023):

Se, obviamente, as escolas brasileiras não têm um único jeito de ensinar sobre gênero, não faltam pesquisas que evidenciam um currículo marcado pelo sexismo, pela misoginia e pela LGBTfobia. Marcas que ficam evidentes nos processos discriminatórios, excludentes e mesmo violentos que atingem sujeitos (estudantes e educadoras) que de alguma maneira não se conformam às disposições normativas de gênero e sexualidade. (p. 80)

Bortolini (2023) destaca um problema crucial e multifacetado presente nas escolas brasileiras: a forma como o gênero e a sexualidade são (ou não) abordados no currículo e nas práticas pedagógicas. A diversidade de métodos de ensino e a heterogeneidade das experiências

escolares revelam um panorama complexo, onde muitas vezes predomina uma visão conservadora e excludente. A afirmação de que as escolas não têm um único jeito de ensinar sobre gênero sugere que existe uma ampla gama de práticas e abordagens, refletindo a diversidade de pensamentos e ideologias dentro do sistema educacional.

No entanto, essa diversidade nem sempre é positiva. Muitas vezes, o currículo e os métodos de ensino perpetuam preconceitos arraigados, como o sexismo, a misoginia e a LGBTfobia. Esses preconceitos são evidentes em várias dimensões da vida escolar. Através de uma lente crítica, pode-se observar que o currículo muitas vezes reforça papéis de gênero tradicionais e heteronormativos, excluindo ou marginalizando aqueles que não se encaixam nessas normas. Esse alinhamento com normas rígidas pode criar um ambiente hostil e prejudicial para estudantes e educadoras que se identificam fora das normas tradicionais de gênero e sexualidade.

A consequência disso são processos discriminatórios e violentos que se manifestam de diferentes maneiras: desde a falta de representação adequada no material didático até a violência verbal e física. Estudantes que não se conformam aos padrões normativos podem ser alvo de bullying e exclusão, enquanto educadoras que desafiam essas normas podem enfrentar resistência e preconceito. Essa realidade aponta para a necessidade urgente de uma reforma educacional que promova um ensino mais inclusivo e respeitoso das diversidades de gênero e sexualidade. As escolas deveriam se empenhar em adotar currículos e práticas pedagógicas que reconheçam e valorizem a pluralidade das identidades e orientações sexuais, oferecendo um ambiente seguro e acolhedor para todos.

Refletir sobre o texto nos leva a questionar como podemos transformar essas práticas discriminatórias e construir um sistema educacional que, ao invés de reforçar preconceitos, fomente o respeito, a empatia e a inclusão. A mudança começa com uma revisão crítica das políticas curriculares e pedagógicas, além do desenvolvimento de programas de capacitação para educadores, visando promover uma educação que abraça e celebra a diversidade. As nuances para onde caminham os debates e pesquisas da área de Educação Sexual no Brasil, envolvem desde a formação de professores quanto a didática dos mesmos em ensinar tais conteúdos a criança. Com isso, ainda há uma grande necessidade social e política para que o Governo pense em medidas educacionais para que seja levada em conta a necessidade de estabelecimento de uma ementa do componente, com o objetivo de estruturar esse componente e que chegue dentro do ambiente escolar com fácil entendimento aos profissionais da educação.

Considerações Finais

A pesquisa inicial sobre a temática de Educação Sexual abre um leque grande na questão didática e amplia os horizontes para estudar sobre os meios de introduzir o assunto dentro dos Anos Iniciais, apesar da grande parte conservadora da sociedade intervir na questão educativa dessa prática de ensino. O ensino da disciplina se mostra de grande necessidade para a formação no quesito de entendimento sobre gênero, sexualidade e demais assuntos abordados dentro dessa prática para formação íntegra e social dos cidadãos que estão em desenvolvimento no espaço escolar. As pesquisas mostram grandes avanços para mostrar que o ensino das questões de gênero se mostra para uma prevenção efetiva de assédios e abusos dentro da sociedade. A luta e a pesquisa do tema se mostram de extrema necessidade para que seja efetivado o ensino dentro da esfera escolar, aos poucos, estamos conquistando o direito de lecionar tal conteúdo e assim, ter a esperança de construirmos uma nova geração sem preconceitos.

Referências

ALMEIDA FERREIRA, N. S. O Estado da Arte ou Estado do Conhecimento: mapeamento e discussão da produção acadêmica. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, no 79, Agosto 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/vPsyhSBW4xJT48FfrdCtqfp/?format=pdf>. Acesso em: 29 mar 2024.

BORTOLINI, Alexandre. **É pra falar de Gênero Sim: Fundamentos legais e científicos da abordagem de questões de gênero na educação**. [s.n.] Brasília, 2023.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [Constituição \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br) . Acesso em: 25 de Julho de 2024

FIGUERÓ, Mary Neide Damico. Revendo A História Da Educação Sexual No Brasil: Ponto De Partida Para Construção De Um Novo Rumo. **Nuances: estudos sobre educação**, v. 4, n. 4, p.123-133, 1998. <https://doi.org/10.14572/nuances.v4i4.84>

Fink, A. (2010). **Conducting Research Literature Reviews: From the Internet to Paper** (3rd ed.). SAGE Publications.

LEÃO, A. M. C.; LEÃO, A. M. C.; RIBEIRO, P. R. M. Historicização da educação sexual no Brasil pós PNE e BNCC: Entre embates e possibilidades. **Doxa: Rev. Bras. Psico. e Educ., Araraquara**, v. 25, n. 00, e024002, 2024. eISSN: 2594-8385. DOI: <https://doi.org/10.30715/doxa.v25i00.18581>

SILVA, Caio Samuel Franciscati da; BRANCALEONI, Ana Paula Leivar; OLIVEIRA, Rosemary Rodrigues de. Base Nacional Comum Curricular e diversidade sexual e de gênero: (des)caracterizações. RIAEE - **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação** v. 14, n. esp. 2, p. 1538-1555, 2019. E-ISSN: 1982-5587, <http://dx.doi.org/10.21723/riaee.v14iesp.2.12051>

SILVA, Regina Célia Pinheiro. **Pesquisas sobre formação de professores / educadores para abordagem da educação sexual na escola** Dissertação (Mestrado em Educação). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2004.

VIANNA, Cláudia Pereira; UNBEHAUM, Sandra O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002. **Cadernos de Pesquisa**, v.34, n.121, p. 77-104, 2004.
<https://doi.org/10.1590/S0100-15742004000100005>